

## AVENIDA PAULISTA: O REAL ENCOBERTO PELO LABIRINTO NARRATIVO SOBRE AS MANIFESTAÇÕES DE 2015

### *PAULISTA AVENUE: THE REAL HIDDEN BY THE NARRATIVE LABYRINTH ABOUT THE 2015 PROTESTS*

Meire Nery<sup>1</sup>

**Resumo:** No seu furor narrativo, a contemporaneidade pede, cada vez mais, que se contem histórias que ainda não foram contadas. E dessa forma, no conflituoso espaço público contemporâneo, as vias pelas quais se podem dar o exercício da narrativa, exatamente por se fazerem múltiplas, ressaltam a importância de se considerar o real e o falso nelas contidos. O presente artigo pretende trazer à discussão a construção do real nas narrativas sobre as manifestações populares ocorridas no início de 2015 contra e a favor do governo da presidente Dilma Rousseff, e sua influência na opinião pública.

**Palavras-chave:** Narrativas, opinião pública, movimentos sociais, manifestações 2015.

**Abstract:** In its narrative fury, the contemporary asks to tell stories that have not been counted. And so, in conflictual contemporary public space, the ways in which we can make the exercise of the narrative, precisely because they are multiple, underscore the importance of considering the real and the fake contain. This article aims to bring the discussion on the actual accounts construction of the protests that took place in early 2015 against President Dilma Rousseff's government and its influence on public opinion.

**Keywords:** Narratives, public opinion, social movements, popular protests 2015.

---

<sup>1</sup> Mestranda em Ciências da Comunicação pela Escola de Comunicação e Artes da Universidade de São Paulo, área de concentração Interfaces Sociais da Comunicação, linha de pesquisa Políticas e Estratégias de Comunicação, sob orientação do Prof. Livre-docente Paulo Roberto Nassar de Oliveira. Email: meirenery@usp.br

# 1 INTRODUÇÃO

Nas pequenas cidades, aldeias ou comunidades, os fatos são observados fisicamente por todos os seus participantes. Com o crescimento da população, as informações passam a ser filtradas pelos meios de comunicação. As formas de comunicação da sociedade moderna tomaram o lugar da narrativa clássica e subverteram seu papel enquanto espaço de troca de experiências cotidianas e de reflexão, como prognosticou Benjamin (1986). O romance e, posteriormente, a informação, na leitura de Benjamin, acerca da perspectiva que a narrativa dava ao indivíduo de, via trocas e reflexões, chegar a uma verdade, introduziram uma dimensão utilitária vinculada ao comércio e, prioritariamente, voltada à satisfação e realização do desejo do leitor.

Segundo Baudrillard (1999), o significado e o referente foram abolidos para o único proveito do jogo de significantes, de uma formalização generalizada na qual o código já não se refere a nenhuma “realidade” subjetiva ou objetiva, mas à sua própria lógica. Ocorrendo uma espécie de substituição, dissolução e indistinção do que seja o verdadeiro e o falso: a tecnologia dos meios de comunicação de massa não consegue mais reproduzir uma realidade pré-existente, ao contrário, produz o real.

A era contemporânea é toda mediada e ordenada por telas luminosas: a da televisão, a do computador, a do painel eletrônico do carro, a do caixa eletrônico, a do telefone celular, diante das quais “perde-se de vista o real enquanto se é perdido de vista” (BAUDRILLARD, 1999, p. 78). A contemporaneidade seria, portanto, um produto das inter-relações de todas as mídias. A produção de sentidos já não passa pelo olhar humano, os meios de comunicação se incumbem de fazer o olhar. Parecendo que todos os acontecimentos do mundo são dirigidos a eles. Cabendo então a eles sua função primordial: produzir as imagens, o espetáculo por inteiro.

Não são apenas as opiniões daqueles que produzem os conteúdos veiculados nas mídias que influenciam seu modo de transmitir os fatos, mas também seus valores e os valores que recolhem de sua percepção da opinião pública. Por mais que o jornalismo, por exemplo, procure oferecer à opinião pública informações isentas, suas opiniões e seus valores nunca deixam de

estar presentes nos seus relatos e na sua linguagem. “Sob a capa da isenção, fazem suas escolhas dos fatos, das palavras e das imagens usadas para transmitir os fatos” (MATHEUS, 2011, p. 148).

Informação e desinformação caminham juntas na relação entre a opinião pública e os meios de comunicação de massa. “Oscilam entre o que podem e o que devem informar” (MATHEUS, 2011, p. 148). É inevitável a qualquer ser humano, e isso se reproduz na comunicação de massa, introduzir na informação que se transmite a percepção de quem informa. Alguma ênfase, algum viés ou até mesmo alguma distorção fazem parte da percepção e da transmissão dos fatos. Por esse motivo, a verdade nem sempre aparece naquilo que se comunica.

Por vezes, a verdade demora, retarda ou até mesmo se perde com o passar do tempo. Pollak (1992) acredita que a história está se transformando em histórias, parciais e plurais, até mesmo sob o aspecto da cronologia. As cronologias também estariam plurais, em função de seu modo de construção, no sentido do enquadramento da memória, e também em função de uma vivência diferenciada das realidades. É preciso compreender que, na estrutura do tempo, não existe somente o ordenamento cronológico e que muitas verdades têm espaço. A verdade não é algo que se apreende ou congela, mas se dá como um relampejo, uma revelação. Assim, o cenário do mundo ocupado pelas massas já não é mais um cenário que se vê diretamente, mas uma simulação do real, um cenário visto através de diferentes narrativas presentes nos meios de comunicação.

O presente artigo pretende analisar a construção do real nas narrativas acerca das manifestações populares ocorridas no início de 2015 contra e a favor do governo de Dilma Rousseff, utilizando como recorte o protesto ocorrido no dia 15 de março na Avenida Paulista, em São Paulo. A abordagem será de caráter teórico-reflexivo, pautado na metodologia da pesquisa bibliográfica interdisciplinar, leitura exploratória, seletiva, reflexiva e interpretativa, orientando-se fundamentalmente pela literatura especializada da Sociologia e da Comunicação, a fim de esclarecer o conceito de movimento social e as características dos novos movimentos sociais, bem como por material coletado na mídia impressa e eletrônica para abordar o papel da

comunicação na formação dos movimentos, da nova esfera pública, da construção do real pelas narrativas mediadas e, principalmente, de sua influência na formação da opinião pública, assumindo como norte que à comunicação cabe a ação efetiva de gerir relacionamentos, de fazer palavras e ações se tornarem mais significativas, correspondentes ao real (FARIAS, 2013).

## **2 MOVIMENTOS SOCIAIS: APROXIMAÇÕES TEÓRICAS**

Ainda que o conceito de movimento social tenha sido amplamente desenvolvido no campo das Ciências Sociais (estando associado ao próprio desenvolvimento da sociologia em alguns países, como os Estados Unidos), qualquer discussão sobre movimentos sociais não escapa do questionamento recorrente: afinal, o que são movimentos sociais?

O panorama teórico geral de estudos que se referem a este fenômeno se utiliza, frequentemente, de três conceitos distintos (comportamento coletivo, ação coletiva e movimento social) para definir os fenômenos de mobilização de cidadãos. Em alguns casos, o movimento social se apresenta como uma forma de comportamento coletivo; em outros casos, os conceitos de movimento social e ação coletiva são utilizados como sinônimos de uma forma de ação pouco organizada e não institucional.

O ponto de contato entre essas diferentes lentes teóricas se assenta na consideração de que, de forma explícita ou implícita, o movimento social se configura como um tipo de ação coletiva (BLANCO, 1994). É em decorrência desta multiplicidade de aportes teóricos que tão logo precisamos demarcar nossa concepção de movimentos sociais, entendidos aqui como: “ações sociais coletivas de caráter sócio-político e cultural que viabilizam distintas formas da população se organizar e expressar suas demandas” (GONH, 2003, p.13).

As primeiras correntes interpretativas das ações coletivas, denominadas por Gonh (1997) de teorias clássicas, estiveram ancoradas: a) no interacionismo da Escola de Chicago, especialmente em trabalhos de Herbert Blumer; b) na teoria das sociedades de massas de Fromm, Hoffer e Kornhauser; c) na abordagem sociopolítica de Lipset e Rudolf Heberle; d) na abordagem funcionalista de Turner e Killian e nas teorias organizacionais-

comportamentalistas de Gusfield. Estas abordagens privilegiaram determinações psicológicas da participação não alcançando, assim, respostas para perguntas relacionadas ao “como” e “onde” as pessoas participam (PRADO, 2008).

Estas perspectivas de leitura das ações coletivas se inserem no que Gohn (1997) denomina de paradigma norte-americano, arranjo explicativo que inclui também as contemporâneas: Teoria da Mobilização de Recursos (MR) e Teoria da Mobilização Política (MP). Enquanto a teoria da Mobilização de Recursos (MR) entende os movimentos sociais como agrupamentos de interesses, a teoria da Mobilização Política (MP) propõe a reintrodução de perspectivas do paradigma clássico, buscando identificar as significações e as estratégias da ação coletiva.

Apreendendo especialmente as determinações econômicas da participação, a teoria da Mobilização de Recursos concebe os movimentos sociais pelo prisma das organizações formais, partindo de uma lógica baseada na racionalidade instrumental que privilegia o enfoque da interação a partir da relação custo-benefício, negligenciando elementos simbólicos envolvidos na ação como cultura, ideologia, projeto e identidade dos indivíduos.

É a partir de críticas dirigidas ao utilitarismo e ao individualismo metodológico da Teoria da Mobilização de Recursos (MR) que se formula outro modelo dentro do paradigma norte-americano, com vistas a sobrelevar unidades conceituais que ocupassem o hiato proveniente da abordagem econômica da Mobilização de Recursos. Gohn (1997) ressalta que esta proposta procurou lançar luzes sobre as dinâmicas da política, reativando o campo da cultura, no qual a análise das ações coletivas foi focalizada como processo. Desse modo, esta vertente:

passou a enfatizar a estrutura das oportunidades políticas, o grau de organização dos grupos demandatários, e a se aplicar a análise cultural na interpretação dos discursos dos atores dos movimentos, a linguagem, as ideias, os símbolos, as ideologias, as práticas de resistência cultural, tudo passou a ser visto como componente dos conflitos expressos nos discursos, numa análise menos preocupada com a desconstrução de textos e mais interessada nos símbolos e ideias presentes naqueles discursos, enquanto veículos de significados sociais que configuram as ações coletivas (GONH, 1997, p. 70).

A reincorporação do plano simbólico das ações coletivas dá-se a partir da inclusão da análise cultural, da reintrodução da psicologia social e do resgate de teorias clássicas da ação social como o interacionismo da Escola de Chicago, sob a forma de interacionismo simbólico, através da recuperação dos trabalhos de Irving Goffman.

O resgate do conceito de *frame* é emblemático neste aspecto, pois procurou orientar o olhar acerca dos arranjos simbólicos que informam as ações nos movimentos. É um construto de cunho cognitivista que se refere ao conjunto das estruturas psíquicas dos indivíduos, sendo definido como “a orientação mental que organiza a percepção e a interpretação da realidade social” (GONH, 1997, p.87). Um *frame* de injustiça refere-se à indignação moral expressa em forma de consciência política. O de identidade refere-se ao processo de definição de um “nós” em oposição ao “eles”. E o de agenciamento refere-se ao processo de conscientização de que é possível alterar as condições ou as políticas por meio da ação coletiva (GONH, 1997).

O conceito de *frame alignment* caracteriza as orientações interpretativas dos indivíduos em sua ligação com a ideologia, objetivos e atividades dos movimentos sociais organizados. Segundo ele, os elementos simbólico-culturais assumem um papel importante na mobilização dos movimentos, ficando este conceito distante da proposta inicial de *frame* apoiada em um viés cognitivo. Trata-se de uma conceituação de *frame* como um esquema de interpretação elaborado por coletividades com vistas à compreensão do mundo, servindo para a “identificação das estratégias pelas quais os ativistas de uma organização de movimentos sociais vinculam seus esquemas de interpretação à existência de outros frames na sociedade, espécie de marcos referenciais estratégicos e significativos” (GONH, 1997, p.88).

O *frame* compreende direção e estratégias de mobilização empregadas pelos atores envolvidos nos movimentos sociais e apresenta uma natureza dupla: tanto orienta os indivíduos de um grupo conferindo sentido aos eventos ocorridos, como auxilia na mobilização de outros indivíduos e no planejamento de ações ulteriores. Os frames de um movimento social podem ser apreendidos em narrativas, documentos e espaços públicos. Encerram ainda “um esquema interpretativo que simplifica e condensa o mundo exterior por

meio de situações, eventos, experiências e sequências de ações dentro de um meio ambiente passado ou presente” (SNOW, 1992, p.197 *apud* GONH, 1997, p.91). A elaboração de modelos teóricos que enfatizam a cultura e a natureza simbólica da mobilização social é alçada, portanto, com mais destaque a partir de 1960/70, em que a emergência de novos tipos de conflitos e atores políticos acenou para uma mudança paradigmática no modo como a Sociologia entendia as ações coletivas.

### **3 NOVOS MOVIMENTOS SOCIAIS**

Concomitantemente à criação de novos espaços públicos fundados a partir da experiência, à emergência de novos sujeitos políticos e de novas práticas, vê-se, a partir de 1960/70, a reativação dos múltiplos debates sobre as relações entre os ensejos individuais e estruturais das ações coletivas. Sobre este contexto Prado e Rodrigues (2008) destacam que:

as polêmicas travadas nesse campo conduziram à necessidade de se ater à complexidade dos fenômenos de ação coletiva e à apreensão dos movimentos sociais como processos dinâmicos envolvidos na democratização das relações sociais nos mais diversos âmbitos que os aparatos do Estado e mercado buscam regular (PRADO; RODRIGUES, 2008, p. 5).

Para Laclau (1986) as novas e emergentes formas de conflitos travadas na arena social contemporânea foram denominadas de “novos movimentos sociais” em decorrência da crise que estas lutas proporcionaram ao paradigma tradicional das Ciências Sociais, concernente à forma de integração que assinalava os agentes sociais e aos contornos tomados pelo conflito entre eles. Para ele, as conceituações e formulações tradicionais dos conflitos sociais eram tipificadas através de três características principais:

a determinação da identidade dos agentes era feita através de categorias pertencentes à estrutura social; o tipo de conflito era determinado em termos de um paradigma diacrônico-evolucionário; e a pluralidade de espaços do conflito social era reduzida, na medida em que os conflitos se politizavam, a um espaço político unificado, onde a presença dos agentes era concebida como uma ‘representação de interesses’ (LACLAU, 1986, p. 01).

O primeiro aspecto deste paradigma diz respeito à área de emergência dos conflitos como a unidade de referência empírica. Nesta abordagem, vemos

a classificação das lutas em categorias (camponesas, burguesas, operárias) que evocam, a priori, uma unidade entre as várias posições do agente social. O segundo ponto demarca, de modo teleológico e evolucionário, o significado das lutas sociais. Esta visão informa que determinado significado torna-se objetivo independentemente da conscientização dos agentes, estando o mesmo atrelado a um “movimento subjacente da história como a transição da sociedade tradicional para a sociedade de massas; ou a transição do feudalismo para o capitalismo” (LACLAU, 1986, p.02).

O terceiro aspecto é concebido por Laclau (1986) como uma implicação dos outros dois. Nesta sociedade fechada, demarcada por uma lógica diacrônica e sincrônica postulada pelo paradigma analisado pelo autor, a política se configura como um nível localizado do social. Desse modo, a diversidade dos espaços de conflitos era amortizada e a presença dos agentes sociais na esfera política concebida como uma representação de interesses. O que assinala os novos movimentos sociais é que, por meio de suas lógicas articulatórias, rompe-se a unidade destas três dimensões do paradigma.

As novas lutas emergentes apontaram que: a) a posição que o sujeito ocupa nas relações produtivas não precisa necessariamente seus demais posicionamentos; b) é incoerente delimitar a realidade por etapas de desenvolvimento sucessivas; e c) o político é uma extensão de toda prática social e não um *locus* restrito.

Esta alteração tem como pano de fundo uma transformação na dinâmica das relações sociais, a qual, até o século XIX, era explicada exclusivamente pelo compasso das relações de produção e pelas categorias ligadas às condições estruturais. Laclau (1986) adverte que a centralidade atribuída às relações de produção devia-se à extensa jornada de trabalho nas fábricas, à limitação do acesso a bens de consumo pelos trabalhadores e à participação social decorrente, frequentemente, das condições de baixos salários. Contudo, a alteração destas condições no século XX:

enfraqueceu os laços entre as várias identidades do trabalhador ou trabalhadora, enquanto produtor(a), consumidor(a) agente político etc. Os resultados têm sido dois: por um lado, as posições do agente social tornaram-se autônomas e é essa autonomia que está na base da especificidade dos novos movimentos sociais - mas, por outro lado, o tipo de articulação existente entre estas diferentes posições torna-se, continuamente, cada vez mais indeterminado. De qualquer

forma, elas não podem ser automaticamente derivadas da unidade do grupo como referente. As categorias de 'classe trabalhadora', 'pequeno burguês' adquirem um significado cada vez mais reduzido como forma de entendimento da identidade global dos agentes sociais. O conceito de 'luta de classes' fica insuficiente para descrever os conflitos contemporâneos (LACLAU, 1986, p.04).

Esta lacuna da unidade sincrônica entre distintas posições de sujeito corroborou com a falência da dimensão diacrônica de estágios, pois, já que uma dada posição de sujeito não indica *a priori* nenhuma determinação necessária de outras posições, não há como conjecturar uma posição a uma sequência lógica e racional de estágios. Sendo assim, a identidade dos agentes sociais não é mais concebida como constituída num único nível da sociedade, a presença desses agentes em outros níveis também não pode mais ser concebida como uma representação de interesses (LACLAU, 1986).

O político também não se configura mais como um nível do social e torna-se uma dimensão que se apresenta, com diferentes traços, em toda prática social, fato notado, sobretudo, na politização de espaços alternativos de lutas. Neste contexto de falência da concepção de sujeito coletivo unificado, da constituição de lugares políticos novos e de novas práticas, são reconfiguradas abordagens teóricas dedicadas a explicar a natureza das ações coletivas, agora representadas por diferentes modelos de protestos e conflitos sociais no âmbito da sociedade capitalista (PRADO, 2002). Os movimentos sociais contemporâneos apresentaram, na cena pública, lutas a favor da democratização das relações sociais que, formatadas em redes de solidariedade com fortes conotações culturais, trouxeram à tona conflitos emergentes das inúmeras esferas que compõem a vida individual ou coletiva e que ainda não se encontravam democratizadas (TOURAINÉ, 2006; MELUCCI, 2001).

Touraine (2006) defende que a reorientação da ação coletiva é assinalada pela recusa às lógicas de uma dominação social contra a qual se evocam valores, orientações gerais da sociedade que se opõem ao adversário para privá-lo de legitimidade, reorientação que ele identifica como "chamamento ao sujeito". Assim, o sujeito se forma:

na vontade de escapar às forças, às regras, aos poderes que nos impedem de sermos nós mesmos, que procuram reduzir-nos ao estado de componente de seu sistema e de seu controle sobre a

atividade, as intenções e as interações de todos. Essas lutas contra o que nos rouba o sentido de nossa existência são sempre lutas desiguais contra um poder, contra uma ordem. Não há sujeito senão rebelde, dividido entre a raiva e a esperança (TOURAINÉ, 2006, p.119).

A consciência do sujeito se elabora a partir de três elementos concatenados: a referência a si mesmo como possuidor de direitos fundamentais, um conflito com as forças hegemônicas que lhe subjagam o direito de atuar como sujeito e a percepção geral do indivíduo proposta pelo sujeito.

Diante desta nova face da natureza de conflitos sociais e culturais, Touraine (2006) afirma que a definição do ator histórico não é mais proclamada em termos sociais, mas num vocabulário de outra ordem, a partir do qual se discute a dignidade de certos indivíduos, as condições de sobrevivência do planeta e a heterogeneidade de culturas. Porque o sujeito novo é descentralizado (HALL, 2006). É um sujeito que embora coletivo, não se apresenta como portador da universalidade definida a partir de uma organização determinada que operaria como centro e vetor das ações sociopolíticas e para a qual não haveria propriamente sujeitos, mas objetos ou engrenagens da máquina organizadora.

Nesta dinâmica, a reformulação da identidade pessoal não se realiza por meio da identificação com uma ordem de cunho global, econômico, natural ou religioso, mas pela consideração da desintegração dos elementos que compunham uma experiência unificada (PRUDÊNCIO, 2003; BAUMAN, 2005; HALL, 2006). Assim, diante da impossibilidade de localizar o adversário, o chamamento ao sujeito é um processo de identificação e não mais de identidade e se evidencia onde a lógica das técnicas e dos mercados entra em conflito com a lógica do sujeito (TOURAINÉ, 2006; PRUDÊNCIO, 2004; BAUMAN, 2005). Os conflitos se encaminham, desse modo, em direção à apropriação do sentido, em oposição “aos aparatos distantes e impessoais que fazem da racionalidade instrumental a sua razão e sobre esta base impõem identificação” (MELUCCI, 2001, p.90).

As questões antagonistas equilibram-se sobre as dimensões características do indivíduo, em sua existência temporal e suas relações

sociais. São estes os campos nos quais se alarga a intervenção dos aparatos de controle e de manipulação. As ações coletivas das sociedades complexas engendram conflitos simbólicos pela atribuição de sentidos ao real por intermédio de um recurso que, nestas sociedades, está intimamente ligado à posse do poder de instituir e nomear a realidade: a informação.

#### **4 INFORMAÇÃO E MOVIMENTOS SOCIAIS**

Para Melucci (2001), as articulações das coletividades se fazem sempre mais sustentadas no uso da linguagem e dos símbolos antagonistas que exprimem, no campo simbólico, uma resistência aos códigos estruturantes da lógica hegemônica. Isto porque nas sociedades com alta densidade de informação, a produção não diz respeito somente aos recursos econômicos, mas investe em relações sociais, símbolos, identidade, necessidades individuais. O controle sobre a produção social não coincide com a propriedade por parte de um grupo social reconhecível, mas se move, ao contrário, rumo aos grandes aparatos de decisão técnica e política (MELUCCI, 2001).

O autor chama atenção para a direção da intervenção sobre processos relacionais e sobre os aparelhos simbólicos, já que os sistemas complexos sobre os quais hoje se desenvolvem as ações coletivas são marcados por um desenvolvimento não mais afiançado pelo domínio sobre a força de trabalho e pela transformação de recursos naturais. Para ele, nestas sociedades às quais nos referimos com imprecisão conceitual (pós-industriais, complexas, pós-materiais, da informação, do conhecimento), constituem-se questões antagônicas que invertem o modo de produzir o desenvolvimento e de determinar identidades e necessidades (MELUCCI, 2001; BAUMAN, 2005).

Decorre daí que os exercícios de produção e consumo dos atores sociais envolvam um processo de reconhecimento tanto da identidade que estão em condições de construir como daquela que lhes é conferida pela pluralidade de pertencimentos sociais e pelos sistemas de normas que a governa (BAUMAN, 2005). Observa-se, então que os movimentos sociais se integram em um intrincado circuito de relações que, muitas vezes, provocam não apenas contradições com as significações hegemônicas da realidade, mas, também, antagonismos múltiplos que, em um campo de negociações

eminentemente conflituais, se justapõem (BOURDIEU, 2004). No plano simbólico-cultural as ações coletivas questionam a definição dos códigos, o modelo de leitura da realidade e oferecem outros modos de apreender o significado da ação individual e coletiva (PRUDÊNCIO, 2003).

Castells (2000) ressalta que os movimentos sociais devem ser entendidos em seus próprios termos. Eles são o que dizem ser. Suas práticas (e sobretudo as práticas narrativas) são sua autodefinição. Assim, supõe-se que todo grupo organizado precisa ter suas demandas traduzidas através de uma narrativa coerente. Amparando-se em um modelo de deliberação de democracia, ancorado no trabalho do alemão Jürgen Habermas, Rousiley Maia defende o uso público da razão por parte de atores críticos (MAIA; CASTRO, 2006). Ao compreender esta deliberação como um processo de discussão e reflexão, a autora expressa que esta prática exige dos atores sociais uma troca constante e pública de razões. Somente com esta iniciativa, os movimentos sociais contribuiriam para um debate público e também para serem investidos de credibilidade junto à sociedade.

A constituição das ações coletivas nas sociedades contemporâneas como tentativas de significação do real parte do entendimento de que a realidade não se conforma como:

uma objetividade transparente e completa. [...] Ao contrário, deveríamos partilhar de uma conceituação do real, na qual este está sendo construído por conflitos e lutas que concorrem às possibilidades de limitar suas múltiplas significações, ou seja, criar hegemonias e contra-hegemonias sociais (PRADO; RODRIGUES, 2008, p.15).

O real é tido, então, como um jogo complexo e intenso em disputa por formas de significação, de nomeação, de atribuição de sentidos. Melucci (2001) aponta que a ideia ingênua de que a informação reflete uma realidade em si é um resíduo do passado ao qual devemos renunciar. Para ele, o mundo onde vivemos é irreversivelmente construído pela informação e esta última, nas suas diversas configurações, conforma a realidade, já que nossa experiência passa continuamente por mediações, dentre as quais se incluem as formas comunicacionais e informacionais amplamente difundidas e alargadas nas sociedades contemporâneas. Sobre isso diz Prudêncio (2003):

Se a informação não existe independente da capacidade humana de percebê-la, é crucial controlar os códigos que permitem organizar informações. E o controle da informação depende do controle dos códigos que permitem acessá-la. Porque o poder não se exerce apenas sobre o conteúdo, pois o conflito da sociedade da informação - controle, capacidade de resistência e subversão dos códigos - se expressa na forma da ação coletiva (PRUDÊNCIO, 2003, p.99).

Desse modo, os movimentos sociais têm como importante diretiva de ação a reapropriação dos códigos para remeter à realidade. Para isso recorrem à produção e publicização de informação e/ou contra-informação:

ao rivalizarem com a grande imprensa, considerada por esses atores um dos seus adversários principais, ... produzem sobre esta um fator de desestabilização da sua perícia. Ou seja, reivindicam a posse da 'verdade' da informação contra os 'desvios' da comunicação de massa (PRUDENCIO, 2006, p. V).

Há, assim, uma luta pela apropriação do sentido (MELUCCI, 1996, 2001; PRUDÊNCIO, 2006). O conflito se instaura pela busca do poder da nomeação, ou seja, o poder de conferir à realidade interpretações a partir da inscrição no espaço público de distintos moldes de classificação e apreensão da mesma. No âmbito das práticas conflituosas de significação do real, a informação é o principal recurso simbólico visto que seu potencial é conferir as possibilidades articulatórias e narrativas de nomeação do real. Isto porque a informação se apresenta como uma produção narrativa estabelecida a partir de sistemas de relações específicas, que, inscrita em dada contiguidade histórico-cultural, está atrelada à instituição de sentidos sociais e de representações acerca do mundo. O sentido, por seu turno, compreende uma construção social, um empreendimento coletivo, mais precisamente interativo, por meio do qual as pessoas, na dinâmica das relações sociais historicamente datadas e culturalmente localizadas, constroem os termos a partir dos quais compreendem e lidam com as situações e fenômenos a sua volta (SPINK, 2004).

Assim, através das construções narrativas, os sujeitos produzem sentidos e se posicionam nas relações cotidianas em que o confronto simbólico das posições sociais em disputa toma corpo. A relação intrínseca operada pela noção de informação e produção de sentidos fundamenta-se a partir do entendimento da informação como um procedimento cultural e simbólico que,

articulado sob a forma de narrativa, carrega em sua essência o papel de intermediação da relação do homem com o mundo, de representação e significação do real. A multiplicidade de sentidos evocados pelos atores nas dinâmicas antagonistas empreende um extenso caleidoscópio narrativo, fazendo com que estas práticas se tornem indissociáveis dos processos sociais de mediação.

## 5 A CONSTRUÇÃO DA HISTÓRIA RECENTE A PARTIR DA NARRATIVA MEDIADA

Os movimentos sociais são sempre movimentos emocionais, segundo Castells (2013). Não são apenas pontualmente reivindicativos, em algum momento há um fato que provoca a indignação. A reconstituição dos fatores que levaram um número expressivo de pessoas à Avenida Paulista, no coração da cidade de São Paulo, no dia 15 de março de 2015 exige o resgate das informações presentes nas diversas narrativas produzidas nos principais veículos de comunicação do país e nas redes sociais.

Em 26 de outubro de 2014, após a campanha mais acirrada desde a eleição de 1989, Dilma Rousseff foi reeleita presidente do Brasil com 51,6% dos votos válidos<sup>2</sup>. Em dezembro, antes de anunciar um impopular ajuste fiscal que inclui mudanças nas regras de benefícios previdenciários<sup>3</sup>, o governo gozava da aprovação de 52% da população (TOLEDO, 2014). Após os primeiros impactos do

---

<sup>2</sup> Segundo a **Folha de S. Paulo**, de 26 de outubro de 2014, “a presidente Dilma Rousseff (PT), reeleita neste domingo (26), perdeu para Aécio Neves (PSDB) nas regiões Sul, Sudeste e Centro-Oeste do país. Ela venceu no Norte e teve quase três vezes mais votos que o tucano no Nordeste. Levando em conta todos os eleitores, Dilma recebeu ao menos 54,44 milhões de votos, o que equivale a 51,63% dos válidos, contra 51 milhões do candidato do PSDB (48,37%)”. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/poder/2014/10/1538763-dilma-perde-para-aecio-no-sul-no-sudeste-e-no-centro-oeste.shtml>>. Acesso em 10 jun. 2015.

<sup>3</sup> Dado extraído da reportagem “A punhalada fiscal de Levy e Dilma”, de Carlos Drummond para **Carta Capital**: “Foi uma punhalada nas costas”, resumiu Ricardo Patah, presidente da União Geral dos Trabalhadores, ao se referir às Medidas Provisórias 664 e 665, de redução de direitos trabalhistas e proteção social editadas pelo governo Dilma Rousseff no fim de dezembro. As decisões dificultam o acesso ao seguro-desemprego, ao abono salarial, à pensão por morte, ao auxílio-doença e ao seguro-defeso pago aos pescadores no período de proibição da sua atividade. A justificativa é combater fraudes e cortar 18 bilhões de reais nas despesas da União, parte do ajuste fiscal de, no mínimo, 60 bilhões definido pelo ministro da Fazenda, Joaquim Levy, para atingir um superávit primário de 1,2% do PIB”. Disponível em: <<http://www.cartacapital.com.br/revista/833/punhalada-fiscal-5133.html>>. Acesso em 10 jun. 2015.

ajuste fiscal serem sentidos, em fevereiro de 2015, a aprovação de Dilma caiu para 23%:

A avaliação ótima/boa do governo de Dilma Rousseff caiu de 42% em dezembro, para 23% agora. [...] Já avaliação dos que consideram o governo da petista ruim e péssimo subiu de 24% em dezembro para atuais 44%, de acordo com o levantamento. Os resultados vêm em meio à combinação do escândalo de corrupção na Petrobras e da piora da economia brasileira. Trata-se da pior marca desde que Dilma chegou ao Planalto e da avaliação mais baixa de um governo federal desde Fernando Henrique Cardoso em dezembro de 1999 (46% de ruim/péssimo). Segundo o Datafolha, 77% dos entrevistados acreditam que Dilma tinha conhecimento da corrupção na Petrobras. De cada dez entrevistados, seis consideram que a presidente mentiu durante a campanha eleitoral. Para 46%, ela falou mais mentiras que verdades - desses, 25% se dizem petistas. E, para 14%, Dilma só disse mentiras. (REDAÇÃO ZH, 2015a)

Na tentativa de reverter a crise de imagem do governo, auxiliares de Dilma Rousseff avaliam que havia chegado a hora de a própria presidente assumir o protagonismo da “batalha de comunicação” e defender a posição do governo perante a opinião pública (MOURA, DELLA COLETTA e DECAT; 2015). A presidente “avalia um cardápio de ações com recomendações elementares de comunicação: conceder mais entrevistas, promover mais solenidades no Palácio do Planalto e viajar mais.” (NERY e HAUBERT; 2015).

O governo federal também enfrenta nas redes sociais a força dos movimentos que combatem sua atuação. Instala-se uma guerra de narrativas nas redes sociais, na qual grupos contra o governo disparam memes, vídeos, disseminam matérias publicadas na imprensa sobre escândalos e ações negativas que envolvem o governo. Na tentativa de rebater as acusações, o governo vale-se da mídia tradicional e virtual, fazendo uso, inclusive, de robôs e blogueiros, segundo documento de autoria da Secretaria de Comunicação da Presidência da República (Secom)<sup>4</sup> (NERY e CRUZ; 2015). Quando a palavra

---

<sup>4</sup> Segundo o **Estadão**, em 17/03/2015: “O texto cita, em tom de alerta, pesquisa telefônica recente feita pelo Ibope a pedido do Planalto na qual 32% disseram ter mudado de opinião negativamente sobre o governo nos últimos seis meses – ou seja, da campanha de outubro até agora. Conclui que o país passa por um ‘caos político’ e admite: ‘Não será fácil virar o jogo’. O documento é dividido em três partes: ‘Onde estamos’, ‘Como chegamos até aqui’ e ‘Como virar o jogo’. Na primeira o governo faz um diagnóstico do momento e admite erros de ação principalmente nas redes sociais. ‘A comunicação é o mordomo das crises. Em qualquer caos político, há sempre um que aponte ‘a culpa é da comunicação’. Desta vez não há dúvidas de que a comunicação foi errada e errática. Mas a crise é maior do que isso.”. Disponível em:

*impeachment* passa a ocupar o cenário midiático, o PT inicia uma campanha em sites, blogs, no YouTube, no Twitter, no Google+, no Instagram e no Facebook, disseminando uma narrativa centrada na palavra “golpe”, a qual remete imediatamente a 1964 e suas consequências<sup>5</sup>. Combinando informações verdadeiras, com outras verossímeis (que parecem verdadeiras) e distorções da verdade, a narrativa do golpe configura-se como uma narrativa do medo e as postagens nas redes sociais usadas pelo PT visam também a atacar a imprensa, que, segundo o partido, estaria fazendo campanha de manipulação, do ódio e a favor do “golpe”.

Em meio ao cenário econômico desfavorável, além de novos desdobramentos da Operação Lava Jato (o Supremo Tribunal Federal decidiu que seriam investigados cerca de 50 políticos supostamente envolvidos no esquema de corrupção, a maioria pertencente a partidos aliados do governo), 21 grupos opositoristas como Vem Pra Rua, Movimento Brasil Livre e Revoltados Online marcam protestos contra a então presidente no dia 15 de março de 2015, convocando os participantes através das redes sociais (G1, 2015c). À época dos protestos, pesquisas internas do governo, divulgadas tanto pela oposição à direita como pela oposição à esquerda, indicam quedas ainda maiores nos índices de aprovação do governo, para 7% (NUNES, 2015) ou 10%.

Levantamentos estaduais somados a monitoramentos constantes realizados pelos institutos de pesquisa mostram uma acelerada deterioração da imagem de Dilma Rousseff. Os dados espantam até experientes pesquisadores, não só pela velocidade da queda, mas por causa da extensão, de norte a sul do País e em todas as camadas sociais. O apoio irrestrito a seu governo não passaria de 10% (percentual de ‘bom’ e ‘ótimo’). (LÍRIO, 2015).

No dia 13 de março de 2015, centrais sindicais e movimentos sociais, como a Central Única dos Trabalhadores (CUT) e o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) realizaram um ato em defesa da

---

<<http://politica.estadao.com.br/noticias/geral,documento-do-planalto-admite-comunicacao-erratica-e-defende-mais-propaganda-em-sp,1652751>>. Acesso em 10 jun. 2015.

<sup>5</sup> O Brasil em 1964 era uma sociedade que fervilhava, e que começava a construir instituições inclusivas. Não estava em pauta da parte de João Goulart e seu círculo mais próximo a revolução comunista. Contudo, a fragilidade de seu governo e o medo do comunismo impuseram ao país um regime que pretendia reorganizar o Brasil a partir do estado pelo uso da força (torturas, mortes cruéis, prisões, desaparecimentos).

Petrobras e contra o ajuste fiscal em 24 estados e no Distrito Federal (REDAÇÃO ZH, 2015b; OLIVEIRA e SHALOM, 2015; REDAÇÃO ÉPOCA, 2015). Na Avenida Paulista, pessoas afirmam ter recebido da CUT R\$ 35,00 (trinta e cinco reais) para participar da manifestação. Apesar de criticar as medidas de ajuste fiscal, os manifestantes se declararam contra o *impeachment* de Dilma Rousseff, sendo a defesa da democracia um dos motes do movimento (AGOSTINE, 2015).

Segundo o jornal *Folha de S. Paulo*, o Movimento Brasil Livre (MBL) foi o principal responsável pela convocação das manifestações contra o Governo (COSTA, 2015; GONZATTO, 2015). O grupo é sediado em São Paulo e, de acordo com o *The Economist*, foi fundado em 2014 “para promover as respostas do livre mercado para os problemas do país” (COSTA, 2015). Em manifesto publicado na internet, o MBL cita seus cinco objetivos: “imprensa livre e independente, liberdade econômica, separação de poderes, eleições livres e idôneas e fim de subsídios diretos e indiretos a ditaduras” (MBL, 2015). Segundo o blog *Outras Palavras*, o bilionário David Koch financia o MBL, apontando ligações entre institutos mantidos por Koch e integrantes do MBL (COSTA, 2015). O interesse de Koch em desestabilizar o governo brasileiro seria adquirir os direitos de exploração do pré-sal, uma vez que uma das principais atividades da Koch Industries é a exploração de petróleo (COSTA, 2015). Os coordenadores nacionais do MBL negaram que são financiados por grandes empresários e declararam dependerem de doações feitas pela internet (GONZATTO, 2013).

Outro grupo que ajudou a organizar os protestos foi o Revoltados Online, fundado em 2004 por Marcello Reis com o objetivo original de “rastrear pedófilos”. Com quase 700 mil seguidores no Facebook, o Revoltados Online alimenta as redes sociais com publicações diárias contra o governo. O grupo tem como seu ícone o deputado federal Jair Bolsonaro (PP-RJ) e considera o *impeachment* da então presidente Dilma e do vice Michel Temer sua principal bandeira, além de defender a volta do voto de papel, a consolidação de um regime parlamentarista no Brasil e a existência de apenas cinco partidos no país – “um de centro, direita, extrema direita, esquerda e extrema esquerda”. O

Revoltados Online financia-se através da venda de "kits pró-impeachment" (GARCIA, 2015; ABRANTES, 2015).

Por fim, há o Vem Pra Rua, considerado o grupo mais moderado ideologicamente entre os que organizaram os protestos, por não defender o *impeachment* ou uma intervenção militar. O grupo, criado em setembro de 2014, diz ser suprapartidário – embora circule na mídia, em especial nas redes sociais, informações de uma possível ligação com o PSDB – e ter como intenção protestar contra qualquer partido. Um dos líderes é o engenheiro e empresário Rogério Chequer, que afirma que o grupo protesta contra a corrupção e a crise econômica, pede mudanças nos rumos do governo, defende a renúncia, mas não pede o *impeachment*, por considerar que não há fundamentos jurídicos para uma tentativa de tirar a presidente (G1, 2015a). O financiamento das ações, segundo os líderes do grupo, advém de doações e venda de camisetas.

Ao visitar as páginas mantidas pelos grupos na internet, percebeu-se que o único que divulga claramente seus objetivos é o Movimento Brasil Livre (MBL, 2015). O grupo mantém site na internet, página no Facebook, perfil no Twitter, vídeos no Youtube e um de seus líderes Kim Kataguiri foi entrevistado pela *IstoÉ*<sup>6</sup> e TV Gazeta<sup>7</sup>.

O Revoltados On Line, embora mantenha um blog, os links “Sobre nós” e “Apoiadores”, entre outros, não oferecem acesso às páginas com os respectivos conteúdos<sup>8</sup>. O grupo comunica-se com seus seguidores e a sociedade em geral por meio de sua página no Facebook, perfil no Twitter e vídeos no Youtube, os quais também são divulgados no Facebook.

O Movimento Vem Pra Rua possui site na internet, página no Facebook, perfil no Twitter e seu líder mais conhecido já concedeu entrevista ao programa

---

<sup>6</sup> Disponível em: <[http://www.istoe.com.br/reportagens/409248\\_QUEM+INCITA+O+ODIO+NAO+SOU+EU+E+A+MILITANCIA+PETISTA](http://www.istoe.com.br/reportagens/409248_QUEM+INCITA+O+ODIO+NAO+SOU+EU+E+A+MILITANCIA+PETISTA)>. Acesso em 15 jun. 2015.

<sup>7</sup> Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=6Y8hWg6d0K4>>. Acesso em 15 jun. 2015.

<sup>8</sup> REVOLTADOS ON LINE. Disponível em: <<http://revoltadosonline.blogspot.com.br>>. Acessos em 16 jun. 2015; 20 jun. 2015 e 25 jun. 2015.

*Roda Viva* da TV Cultura<sup>9</sup>, *Os pingos nos is* da rádio Jovem Pan<sup>10</sup>, à *Veja*<sup>11</sup>, entre outros. Cabe ressaltar que tanto as entrevistas quanto a autodefinição do grupo em seu site só ocorreram após a manifestação do dia 15 de março de 2015. O mesmo acontece com as entrevistas do líder do Movimento Brasil Livre, ou seja, foram concedidas após a manifestação. Todos os grupos enfrentam questionamentos sobre envolvimento com partidos políticos, fonte de financiamento, não emissão de notas fiscais na venda de produtos, entre outros acerca da ética e da transparência de suas ações, cobrança recorrente destes em relação ao governo Dilma Rousseff.

No período que antecede o dia da manifestação as prerrogativas dos grupos não são claras e as diferentes narrativas que circulam nos meios, conforme apontado anteriormente, colaboram para aumentar a nebulosidade em torno da verdade sobre os interesses destes grupos e as informações que fazem circular na rede.

A convocação dos internautas para a manifestação na Avenida Paulista, e em outras localidades do país, no dia 15, é o ponto forte da atuação dos grupos organizadores. A diferença de número foi uma das principais polêmicas a tomar as redes sociais assim que o jornal *Folha de S. Paulo*, às 19h, estampou a manchete: “Ato levou 210 mil à Paulista, diz Datafolha”. Surpresa geral nos meios de comunicação, que até aquele momento informavam 1 milhão de pessoas na avenida, número fornecido pela Polícia Militar às 15h40 (SOBRINHO, 2015).

O “grito de guerra” dos manifestantes “Fora PT” foi traduzido na narrativa da mídia como pedido de *impeachment* da então presidente Dilma Rousseff (MANSUR *et al*, 2015; G1, 2015b). Em 17 de março, o Datafolha divulgou uma pesquisa feita durante as manifestações na Avenida Paulista. O instituto entrevistou 432 manifestantes, sendo que destes 47% foram protestar contra a

---

<sup>9</sup> Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=QP1H153FVwA>>. Acesso em 15 jun. 2015.

<sup>10</sup> Disponível em: <<http://jovempan.uol.com.br/programas/os-pingos-nos-is/democracia-brasileira-esta-falha-diz-rogerio-chequer-em-participacao-no-os-pingos-nos.html>>. Acesso em 15 jun. 2015.

<sup>11</sup> Disponível em: <<http://veja.abril.com.br/blog/ricardo-setti/politica-cia/rogerio-chequer-do-vem-para-rua-em-entrevista-a-veja-o-governo-vai-ter-que-ouvir-o-povo>>. Acesso em 15 jun. 2015.

corrupção e 27% pelo *impeachment* de Dilma, 20% contra o Partido dos Trabalhadores e 14% contra os políticos em geral.

Embora esta se trate apenas de uma breve análise, pois o presente artigo não pretende esgotar o tema, mas sim suscitar a curiosidade sobre o mesmo, pode-se perceber o que excesso de informação dificulta a compreensão do real e até mesmo se ele é construído ou se cabe a nós dar-lhe corpo e forma, para que possamos formar uma opinião. Em meio à guerra de narrativas, torna-nos difícil definir se a verdade está encoberta ou se perdemos a confiança no que nos é informado. Como alerta Farias (2008) cada vez mais é necessário construir mensagens que façam sentido para a audiência, mas acima de tudo, que possam ser críveis com o que se vê e ouve. Talvez o caminhar nas ruas e em uma das principais avenidas do país busque como destino não apenas mudanças na política, mas o desejo de ser cidadão ativo que conquista a cada passo uma sociedade mais democrática e o acesso ao real ainda encoberto.

Em síntese, a pesquisa bibliográfica revelou que o papel dos movimentos sociais contemporâneos é promover a democratização das relações sociais dentro da sociedade civil, através da redefinição de papéis, normas, identidades (individuais e coletivas), conteúdo e modos de interpretação de narrativas existentes nesta esfera. Dentro de um contexto democrático, a explicitação do conflito permite que determinadas temáticas adentrem o espaço público através do uso estratégico da mídia e da influência da opinião pública. Desta forma, os movimentos sociais influenciam e são influenciados pelos contextos políticos nos quais estão inseridos. Eles podem demandar a mudança ou a manutenção do ambiente em que estão inseridos; podem também questionar a forma pela qual as decisões políticas são tomadas, demandando uma maior participação popular nos campos decisórios.

No entanto, os movimentos sociais nem sempre se deparam apenas com o embate na esfera pública, há uma guerra de informação que muitas vezes os acompanha. A partir da pesquisa documental para reconstituição tanto dos antecedentes quanto dos fatos e dados durante e após as manifestações realizadas na Avenida Paulista pode-se perceber que o

governo, grandes corporações e até pequenos grupos controlam, ou pelo menos tentam influenciar a opinião pública e os processos do debate na comunidade através da comunicação midiática. Diferentes tecnologias e modos de comunicação são usados para dar força a certos temas no conflito. O tipo de linguagem, as palavras selecionadas, particulares expressões e imagens específicas, apresentações multimidiática, entre outras formas de comunicação, são as armas dessa guerra, cujo objetivo é poder usar a informação para influenciar a percepção das audiências, porque as pessoas fazem suas decisões baseando-se nos seus conhecimentos.

Monopolizar a narrativa apresentada ao público, desacreditando narrativas alternativas ou rivais, sejam elas verdadeiras ou falsas, é um aspecto importante da guerra de informação e está se apresentando cada vez mais como uma característica desse século. A guerra de narrativas dentro das redes sociais e, em alguns casos, entre os grupos nela atuantes e os grupos da “velha” mídia acaba por encobrir a verdade ou aprisioná-la em um labirinto, cabendo aos usuários procurá-la entre os muitos corredores e obstáculos. O excesso de informação muitas vezes causa desinformação. Um paradoxo marca nossa geração de maneira tragicômica: nunca estivemos tão informados e perdidos ao mesmo tempo. Tempos desafiadores para aqueles que se arriscam a pensar criticamente sobre o mundo.

## REFERÊNCIAS

ABRANTES, Talita. Quem são e o que defendem os líderes dos protestos do dia 15. **Revista Exame**, 15 mar. 2015. Disponível em: <http://exame.abril.com.br/brasil/noticias/quem-sao-e-o-que-pensam-os-lideres-dos-protestos-do-dia-15>. Acesso em 16 jun. 2015.

AGOSTINE, Cristiane: Manifestantes recebem R\$ 35 para ir a ato a favor de Dilma em SP. **Valor Econômico**, 13 mar. 2015. Disponível em: <http://www.valor.com.br/politica/3952318/manifestantes-recebem-r-35-para-ir-ato-favor-de-dilma-em-sp>. Acesso em 12 jun. 2015.

BAUDRILLARD, Jean. **Tela Total: mito-ironias da era do virtual e da imagem**. 2ª ed. Tradução de Juremir Machado da Silva. Porto Alegre: Sulina, 1999.

BAUMAN, Zygmunt. **Identidade**. Tradução de Carlos Alberto Medeiros. Rio de Janeiro: J. Zahar Editor, 2005.

**Revista Mundi Sociais e Humanidades**. Curitiba, PR, v. 1, n. 2, 13, jul./dez., 2016.

BENJAMIN, Walter. "O narrador: considerações sobre a obra de Nikolai Leskov". In: BENJAMIN, Walter. **Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura**. Obras escolhidas. Vol.1. 2ª.ed. São Paulo: Brasiliense, 1986, p.197-221.

BERNAL, Patrícia; PERUZZO, Cicília; COGO, Denise; KAPLUN, Gabriel. **Comunicacion y movimientos populares: ¿Cuáles redes?** São Leopoldo: Ed. UNISINOS, 2002.

BLANCO, Marisa. El concepto de movimiento social: acción, identidad e sentido. **Zona Abierta**, Madrid, v. 69, p. 181-213, 1994.

BOURDIEU, Pierre. **A economia das trocas simbólicas**. 5a. ed. São Paulo: Perspectiva, 2004.

BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. 2a. Ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1998.

CASTELLS, Manuel. **O poder da identidade**. 2a. Ed. São Paulo: Paz e Terra, 2000.

CASTELLS, Manuel. **Redes de indignação e esperança: movimentos sociais na era da internet**. Rio de Janeiro: Zahar, 2013.

COSTA, Antonio Carlos. Quem está por trás do protesto no dia 15. **Carta Capital**, 13 mar. 2015. Disponível em: <http://www.cartacapital.com.br/blogs/outras-palavras/quem-esta-por-tras-do-protesto-no-dia-15-3213.html>. Acesso em 16 jun. 2015.

DEBORD, G. **A sociedade do espetáculo**. Trad. Estela dos Santos Abreu. Rio de Janeiro: Contraponto, 1997.

DRUMMOND, Carlos. A punhalada fiscal de Levy e Dilma. **Carta Capital**, 18 jan. 2015. Disponível em: <http://www.cartacapital.com.br/revista/833/punhalada-fiscal-5133.html>. Acesso em 10 out. 2015.

FARIAS, L. A. Estratégias de relacionamento com a mídia. In: KUNSCH, Margarida Maria Krohling (Org.) **Gestão estratégica em comunicação organizacional e relações públicas**. São Caetano do Sul. SP: Difusão, 2008.

FARIAS, L. A. de. (org.) **Relações públicas estratégicas**. São Paulo: Summus, 2011.

FARIAS, L. A. e KUNSCH, Margarida M. K. O que não é sólido desmancha no ar. **Organicom**, v. 10, n. 18, 2013.

G1. Saiba quem são e o que pensam os líderes de protestos neste domingo, **G1**, 15 mar. 2015a. Disponível em: <http://g1.globo.com/sao-paulo/noticia/2015/03/saiba-quem-sao-e-o-que-pensam-lideres-de-protestos-neste-domingo.html>. Acesso em 16 jun. 2015.

G1. Manifestantes protestam contra Dilma em todos os estados, DF e exterior. **G1**, 15 mar. 2015b. Disponível em: <http://g1.globo.com/politica/noticia/2015/03/manifestantes-protestam-contradilma-em-estados-no-df-e-no-exterio.html>. Acesso em 21 jun. 2015.

G1. Brasileiros se manifestam em vários estados contra corrupção e governo. **Fantástico**, 15 mar. 2015c. Disponível em: <http://g1.globo.com/fantastico/noticia/2015/03/brasileiros-manifestam-em-varios-estados-contracorrupcao-e-governo.html>. Acesso em 10 jun. 2015.

GARCIA, Carolina. Bolsonaro é o mais indicado à Presidência, diz integrante do Revoltados Online. **Último segundo**, 13 mar. 2015. Disponível em: <http://ultimosegundo.ig.com.br/politica/2015-03-13/bolsonaro-e-o-mais-indicado-a-presidencia-diz-integrante-do-revoltados-online.html>. Acesso em 16 jun. 2015.

GOHN, Maria da Glória (org.) **Movimentos sociais no início do século XXI: antigos e novos atores sociais**. Petrópolis: Vozes, 2003.

GOHN, Maria da Glória (org.). **Teorias dos movimentos sociais: paradigmas clássicos e contemporâneos**. São Paulo: Loyola, 1997.

GONZATTO, Marcelo. Quem são os articuladores nacionais do protesto contra Dilma. **Zero Hora**, 14 mar. 2013. Disponível em: <http://zh.clicrbs.com.br/rs/noticias/noticia/2015/03/quem-sao-os-articuladores-nacionais-do-protesto-contradilma-4718377.html>. Acesso em 16 jun. 2015.

HALL, S. **A identidade cultural na pós-modernidade**. 11a. Ed. São Paulo: DP&A, 2006.

HUPSEL FILHO, Valmar; GALHARDO, Ricardo. Documento do Planalto admite 'comunicação errática' e defende mais propaganda em SP. **Estadão**, 17 mar. 2015. Disponível em: <http://politica.estadao.com.br/noticias/geral,documento-do-planalto-admite-comunicacao-erratica-e-defende-mais-propaganda-em-sp,1652751>. Acesso em 10 jun. 2015.

LACLAU, Ernesto. Os novos movimentos sociais e a pluralidade do social. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 1, n. 2, 1986.

LÍRIO, Sérgio. "O hoje e o amanhã". **Carta Capital**, 15 mar. 2015. Disponível em: <http://www.cartacapital.com.br/politica/o-hoje-e-o-amanha-4386.html>. Acesso em 12 jun. 2015.

MAIA, Rousiley; CASTRO, Maria C. **Mídia, esfera pública e identidades sociais**. Belo Horizonte: UFMG, 2006.

MANSUR, A.; KIESEL, I.; YONAH, L.; CORONATO, M. 15 de Março: os protestos pelo país. **Época**, 15 mar. 2015. Disponível em: <http://epoca.globo.com/tempo/noticia/2015/03/15-de-marco-os-bprotestos-pelo-brasilb.html>. Acesso em 21 jun. 2015.

MATHEUS, Carlos. **As opiniões se movem nas sombras**. São Paulo: Atlas, 2012.

MELUCCI, Alberto. **A invenção do presente: movimentos sociais nas sociedades complexas**. Petrópolis: Vozes, 2001.

MOURA, Rafael Moraes; DELLA COLETTA, Ricardo e DECAT, Erich. Para reverter desgaste, Dilma aposta em retomar bandeiras de campanha. **Estadão**, 08 fev. 2015. Disponível em: <http://politica.estadao.com.br/noticias/geral,para-reverter-desgaste-dilma-aposta-em-retomar-bandeiras-de-campanha,1631525>. Acesso em 06 jun. 2015.

MBL – Movimento Brasil Livre. **No que acreditamos**. Disponível em: <http://www.movimentobrasillivre.org/#!manifesto/c1k0w>. Acesso em 16 jun. 2015.

NERY, Natuza; CRUZ, Valdo. Em documento interno, Planalto diz que comunicação é errada e errática. **Folha de São Paulo**, 17 mar. 2015. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/poder/2015/03/1604299-em-documento-interno-planalto-diz-que-comunicacao-e-errada-e-erratica.shtml>. Acesso em 10 jun. 2015.

NERY, Natuza; Haubert, Mariana. Dilma avalia melhorar comunicação para reverter queda em popularidade. **Folha de São Paulo**, 09 fev. 2015. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/poder/2015/02/1587540-dilma-avalia-melhorar-comunicacao-para-reverter-queda-em-popularidade.shtml>. Acesso em 11 jun. 2015.

NUNES, Augusto. O recorde de impopularidade estabelecido por Dilma é mais espantoso que completar a prova dos 100 metros rasos em 7 segundos. **Revista Veja**, 12 mar. 2015. Disponível em: <http://veja.abril.com.br/blog/augusto-nunes/direto-ao-ponto/o-recorde-de-impopularidade-alcancado-por-dilma-e-tao-impressionante-quanto-correr-100-metros-em-menos-de-8-segundos/>. Acesso em 8 jun. 2015.

OLIVEIRA, Ana Flávia; SHALOM, David. Pacífico, protesto reúne em SP 12 mil pessoas a favor de Dilma e contra ajustes. **Último Segundo**, 13 mar. 2015.. Disponível em: <http://ultimosegundo.ig.com.br/politica/2015-03-13/manifestantes-protestam-em-sao-paulo-a-favor-da-petrobras-e-contra-ajuste-fiscal.html>. Acesso em 12 jun. 2015.

POLLAK, Michael. **Memória e identidade social**. Estudos Históricos, Rio de Janeiro, vol.5, n.10, 1992, p. 200-212.

PRADO, Marco Aurélio Máximo. Da Mobilidade Social à Constituição da Identidade Política: reflexões em torno dos aspectos psicossociais das ações coletivas. **Psicologia em Revista**, v. 2, n. 11, p. 21, 2002.

PRADO; Marco Aurélio Máximo; RODRIGUES, Cristiano Santos. Por que a Psicologia Social é Política? Identidades coletivas e movimentos sociais na contemporaneidade. In: ROSA, Edinete Maria; SOUZA, Lídio; AVELLAR, Luciane Zacché Avellar (Orgs.). **Psicologia social: temas em debates**. Vitória: Abrapso, 2008. p.11-28.

PRUDENCIO, Kelly Cristina de Souza. **Mídia ativista: a comunicação dos movimentos por justiça global na internet**. 2006. 193 f. Tese (Doutorado em Sociologia Política) – Centro de Filosofia e Ciências Humanas. Universidade Federal de Santa Catarina, 2006.

REDAÇÃO ÉPOCA. Sindicalistas vão às ruas em defesa da Petrobras. **Revista Época**, 13 mar. 2015. Disponível em: <http://epoca.globo.com/tempo/filtro/noticia/2015/03/bsindicalistas-vaio-ruasb-em-defesa-da-petrobras.html>. Acesso em 12 jun. 2015.

REDAÇÃO ZH. Popularidade de Dilma cai de 42% para 23%, diz Datafolha. **Zero Hora**, 7 fev. 2015a. Disponível em: <http://zh.clicrbs.com.br/rs/noticias/noticia/2015/02/popularidade-de-dilma-cai-de-42-para-23-diz-datafolha-4696262.html>. Acesso em 10 jun. 2015.

REDAÇÃO ZH. Manifestações em apoio à Petrobras e a Dilma reúnem milhares em 24 Estados e DF. **Zero Hora**, 13 mar. 2015b. Disponível em: <http://zh.clicrbs.com.br/rs/noticias/noticia/2015/03/manifestacoes-em-apoio-a-petrobras-e-a-dilma-reunem-milhares-em-24-estados-e-df-4718075.html>. Acesso em 12 jun. 2015.

SOBRINHO, Wanderley Preite. Número de manifestantes no dia 15 de março causa polêmica. **Carta Capital**, 17 mar. 2015. Disponível em: <http://www.cartacapital.com.br/politica/a-polemica-sobre-o-numero-de-manifestantes-na-avenida-paulista-7018.html>. Acesso em 20 jun. 2015

SPINK, Mary Jane. **Práticas discursivas e produção de sentidos no cotidiano: aproximações teóricas e metodológicas**. São Paulo: Cortez, 2004.

TOLEDO, José Roberto: Ibope: Popularidade de Dilma volta ao nível de pré-campanha. **O Estado de São Paulo**, 17 dez. 2014. Disponível em: <http://politica.estadao.com.br/blogs/vox-publica/ibope-popularidade-de-dilma-volta-ao-nivel-pre-campanha-eleitoral>. Acesso em 10 jun. 2015

TOURAINE, Alan. **Um novo paradigma: para compreender o mundo hoje**.  
Petrópolis: Vozes, 2006.

Enviado em: 10 jan. 2016  
Aceito em: 22 dez. 2016

Editores responsáveis: Muniz de Araújo Cabral e Alysson Ramos Artuso